

**PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021**

**ANEXO I**

<b>PLANO ESTRATÉGICO DO TRT 7 – PEI – 2015/2020</b>				
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:</b>				
Nº 1. Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida				
Nº 2. Aperfeiçoar a gestão de custos				
Nº 3. Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC				
Nº 8. Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção				

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
<b>1. GESTÃO DA GOVERNANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO</b>						
1.1 Transparência Pública/Contas Públicas	Relevância: Estímulo e fortalecimento do Controle Social.					
1.1.1 Informações Financeiras e Orçamentárias		SCGOF		X		X
1.1.2 Informações Administrativas e Patrimoniais		SCGAP	X			X
1.1.3 Informações de Pessoal		SCGP		X		X
1.2 Ações de Governança Institucional	Relevância: Impulsiona a eficiência operacional, contribuindo não só para o atendimento dos objetivos estratégicos do Tribunal, como também para o fortalecimento da instituição.	SCGAP SCGOF SCGP			X	
1.3 Resultados das metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional (PEI 2015/2020)	Relevância: O PEI é instrumento de fundamental importância para orientar os desdobramentos, a execução (iniciativas, ações e projetos) e a comunicação da estratégia necessários ao alcance dos objetivos e metas institucionais.	SCGOF		X		
<b>2. GESTÃO DE AQUISIÇÕES</b>						
2.1 Processos de licitação e de adesão a atas de registro de preços	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 79% das despesas, a exceção de pessoal, foram realizadas por meio de licitação (Anexo II - Quadro III).	SCGAP	X		X	
2.2 Processos de dispensa e de inexigibilidade	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 20% das despesas foram realizadas por meio de dispensa ou inexigibilidade (Anexo II - Quadro III).	SCGAP	X	X	X	X
2.3 Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e de obras	Relevância: Constitui determinação específica em auditorias de contas regulamentadas pelo TCU, bem como aspecto de relevo no contexto das políticas de preservação do meio-ambiente.	SCGAP		X		X

**PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021**

**ANEXO I**

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
<b>2. GESTÃO DE AQUISIÇÕES</b>						
2.4 Obras e serviços de engenharia	Criticidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 4% das despesas totais excluídas as despesas com pessoal e encargos sociais (Ver Quadros IV e V).	SCGAP	X	X	X	X
2.5 Controles internos administrativos referentes às aquisições	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 49% das despesas, a exceção de pessoal, são referentes a aquisições (Ver Quadros III e V).	SCGAP			X	
<b>3. GESTÃO CONTRATUAL</b>						
3.1 Contratos de serviços terceirizados	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 13% das despesas, a exceção de pessoal, são referente a serviços terceirizados (Ver Quadro VI).	SCGAP		X		X
3.2 Contratos de obras e serviços de engenharia	Criticidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 4% das despesas totais excluídas as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Ver Quadros IV e V).	SCGAP		X		X
3.3 Demais contratos de bens e de serviços	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 49% das despesas, a exceção de pessoal, são referentes a aquisições (Ver Quadros III e V).	SCGAP		X		X
3.4 Controles internos administrativos relacionados à gestão de contratos	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 49% das despesas, a exceção de pessoal, são referentes a aquisições (Ver Quadros III e V).	SCGAP		X		X
<b>4. GESTÃO PATRIMONIAL</b>						
4.1 Gestão de bens móveis e de materiais de consumo	Materialidade e Criticidade: No último levantamento de bens patrimoniais foram relacionados 29455 bens permanentes sob gestão das unidades administrativas e judiciárias. O procedimento de inventário patrimonial foi iniciado em 2014 e ainda se encontra inconcluso.	SCGAP	X		X	
4.2 Gestão de bens imóveis (Bens em uso especial)	Materialidade e Criticidade: 25 imóveis sob gestão deste TRT: 19 próprios e 6 locados ou cedidos de terceiros. Os exames de auditoria indicam que a regularização documental e cadastral dos imóveis junto à Superintendência do Patrimônio da União do Ceará (SPU/CE) encontra-se inconclusa a vários exercícios.	SCGAP	X		X	

**PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021**

**ANEXO I**

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
<b>4. GESTÃO PATRIMONIAL</b>						
4.3 Planejamento de Obras e de Serviços de Engenharia	Relevância: Obrigação por força de dispositivo legal (Res. CNJ 114/2010 e Res. CSJT 70/2010).	SCGAP	X	X	X	X
<b>5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>						
5.1 Governança - Ação Coordenada pelo CSJT	Materialidade, relevância e criticidade: Corresponde, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 11% das despesas totais, excluídas as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Ver Quadros VII e VIII) e consta como Objetivo nº 3 (Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC no Planejamento) no Plano Estratégico do TRT7.	SCGAP	X			X
5.2 Aquisições de bens e serviços		SCGAP		X		X
5.3 Gestão de contratos de bens e de serviços		SCGAP		X		X
5.4 Aquisições de bens e serviços com recursos descentralizados pelo CSJT		SCGAP	X		X	
<b>6. GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</b>						
6.1 Contabilização da Folha de Pagamento	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 84% da despesa total do órgão (Ver Quadro I).	SCGOF		X		X
6.2 Registros referentes a empenhos, liquidações e pagamentos	Relevância: A qualidade da informação contábil é fundamental para a gestão da despesa pública e de fomento ao controle social.	SCGOF	X		X	
6.3 Inscrição de Restos a Pagar - RAP	Relevância: Garantir melhoria do processo de execução orçamentária, minimizando o volume de recursos inscritos em restos a pagar.	SCGOF	X		X	
6.4 Encerramento contábil de Exercício	Relevância: A qualidade da informação contábil é fundamental para a gestão da despesa pública e de fomento ao controle social.	SCGOF		X		X
6.5 Demonstrações Contábeis	Relevância: A qualidade da informação contábil é fundamental para a gestão da despesa pública e de fomento ao controle social.	SCGOF	X			
6.6 Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA)	Relevância: Proporcionar conjunto de informações à Alta Administração para subsidiar o processo de Governança Institucional	SCGOF		X	X	X

**PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021**

**ANEXO I**

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
<b>6. GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</b>						
6.7 Execução operacional da Ação Orçamentária "Apreciação das Causas na Justiça do Trabalho"	Relevância: Proporcionar conjunto de informações à Alta Administração para subsidiar o processo de Governança Institucional	SCGOF	X			
6.8 Registros contábeis referentes a passivos	Criticidade: Além da materialidade do objeto a auditoria realizada durante o exercício de 2017 sinaliza a fragilidade dos controles internos.	SCGOF		X		X
6.9 Registros contábeis referentes a precatórios	Materialidade: A despesa empenhada com precatórios, correspondente na tendência de alocação dos recursos orçamentários a cerca de 1% do total das despesas do órgão, tendo atingido R\$4.613,1 milhões em 2017, nunca integrou o Plano de Auditoria (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGOF	X			
6.10 Controles das contas de depósitos judiciais de forma a avaliar a consistência das receitas delas decorrentes recolhidas pelas instituições financeiras.	Materialidade e Relevância: As receitas provenientes dos depósitos judiciais representam importante fonte de recursos orçamentários que dão suporte financeiro a programas e ações constantes no Orçamento Anual do TRT.	SCGOF			X	
6.11 Controles da ordem cronológica em processos de pagamento	Criticidade: Reavaliação do cumprimento da legislação tendo em vista a obrigatoriedade da Administração Pública de efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento.	SCGOF			X	
6.12 Depreciação de bens	Relevância: Continuidade da avaliação dos procedimentos legais de forma a conferir consistência das demonstrações relacionadas ao patrimônio.	SCGOF	X		X	
6.13 Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal	Relevância: Obrigação por força de dispositivo legal.	SCGOF	X	X	X	X
<b>7. GESTÃO DE PESSOAS</b>						
7.1 Despesas com Folha de Pagamento (Servidores e Magistrados Ativos, Aposentados e Pensionistas)	Materialidade, Relevância e Criticidade: A Folha de Pagamento, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, corresponde a 84% das despesas totais do órgão, além da existência de determinação específica para constar dos exames nas auditorias de contas regulamentadas pelo TCU (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP	X	X	X	X
7.2 Cadastro de assentamentos funcionais dos Servidores e Magistrados Ativos, Aposentados e Pensionistas	Materialidade, Relevância e Criticidade: O cadastro constitui a base de informações para a Folha de Pagamento de pessoal (89% da despesa do órgão), aliada à migração em curso para o novo Sistema de Gestão de Pessoas (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP			X	

**PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021**

**ANEXO I**

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
<b>7. GESTÃO DE PESSOAS</b>						
7.3 Controles internos referentes à elaboração da Folha de Pagamento de Pessoal	Materialidade, Relevância e Criticidade: A Folha de Pagamento corresponde a 84% da despesa total do órgão. Ademais, auditorias realizadas sinalizam a existência de fragilidades no controle interno e de elevado nível de risco na sua elaboração, uma vez que dela participam várias unidades do TRT. (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP			X	
7.4 Ações referentes a capacitação e treinamento	Relevância: Ações com impacto direto no desempenho operacional do órgão e fundamentais para garantir observância aos princípios da legalidade, eficiência e eficácia da gestão. As despesas no orçamento total do órgão representaram R\$1.433,6 mil em 2017 (Ver Anexo II - Quadro IX).	SCGP				X
7.5 Ações referentes a requisição e a cessão de servidores	Relevância e criticidade: Aspecto objeto de grande impacto na gestão operacional e estratégica do órgão, cujas ações de controle e auditoria indicam a existência de deficiências e fragilidades.	SCGP			X	
7.6 Controles internos referentes a pagamentos de sentenças judiciais na Folha de Pagamento.	Criticidade: Procedimento administrativo que resulta em despesas, cujas ações de auditoria e controle indicam a existência de fragilidades.	SCGP	X			
7.7 Sistemas de controles internos administrativos relacionados a gestão de pessoas	Relevância: Impulsionar o processo de gestão de risco na área de gestão de pessoas.	SCGP				X
7.8 Ações de qualidade de vida no trabalho e valorização do servidor	Relevância: Ação de impacto para o bem-estar e o desempenho dos servidores e, portanto, fundamental para garantir a eficiência e eficácia na execução dos programas e ações sob responsabilidade do órgão.	SCGP		X	X	
7.9 Concessão de diárias e passagens	Relevância e criticidade: Obrigação por força de dispositivo regulamentar (Resolução CSJT 124/2013), além de sinalização em trabalhos de auditoria da necessidade de aperfeiçoamento nos controles internos.	SCGP		X		X
7.10 Ações de Apoio ao Ensino (Programa de estágios de ensino médio e fundamental)	Materialidade: As despesas com a ação corresponde, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 4% das despesas empenhadas excluído Grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Ver Anexo II - Quadro VII).	SCGP	X			
7.11 Ações referentes ao Teletrabalho	Relevância: recente regime de trabalho adotado pelo Tribunal, com perspectiva de expansão.	SCGP		X		

**PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021**

**ANEXO I**

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
<b>7. GESTÃO DE PESSOAS</b>						
7.12 Metas e indicadores de desempenho da gestão de pessoas	Relevância: A fixação de metas e indicadores demonstram por meio de métricas o alcance dos resultados, contribuindo diretamente para o atingimento dos objetivos estratégicos do órgão	SCGP		X	X	
7.13 Desenvolvimento de trilhas no sistema eletrônico de gestão de pessoas	Relevância: Necessidade de racionalizar e aprimorar os trabalhos de controle e auditoria sobre o Grupo de Despesas (Pessoal e Encargos Sociais, incluindo auxílios, vantagens e benefícios), que correspondem a 89% do orçamento total do órgão (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP			X	
<b>8. OUTRAS AÇÕES DE CONTROLE E AUDITORIA</b>						
8.1 Processos de concessão de aposentadoria e pensão (análise prévia)	Relevância e Materialidade: Obrigação por força de dispositivo legal (Instrução Normativa TCU 78/2018), bem como de atos complexos que resultam em pagamentos expressivos e de longa duração, correspondente a 28% das despesas com Pessoal (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP	X	X		
8.2 Processos de concessão de aposentadoria e pensão (análise <i>a posteriori</i> )	Relevância e Materialidade: Obrigação por força de dispositivo legal (Instrução Normativa TCU 78/2018), bem como de atos complexos que resultam em pagamentos expressivos e de longa duração, correspondente a 28% das despesas com Pessoal (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP			X	X
8.3 Prestação de Contas Anual - TCU - Relatório ou Parecer da Unidade de Controle <sup>1</sup>	Relevância: Obrigação por força de dispositivo legal.	SCGAP SCGOF SCGP	X	X	X	X

<sup>1</sup> Nos anos em que o TRT7 seja selecionado como unidade jurisdicionada obrigada à Prestação de Contas ao TCU.